

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NO SÉCULO XX¹

Danton Leonel de Camargo Bini²

1 - INTRODUÇÃO

Durante sua história, o Brasil se consolidou apresentando na atividade agroexportadora o eixo central de sua economia. No princípio da colonização, após o extrativismo da madeira, Portugal encontrou na produção da cana-de-açúcar a base de seus empreendimentos no país. Os Estados de Pernambuco, Bahia e São Paulo, com quase nenhuma relação entre si, destacaram-se no direcionamento dos anseios de exploração das terras brasileiras. Desta iniciativa percorre-se os primeiros quatro séculos e a criação do Brasil, a colocação descontínua em seu território de meios técnicos (mecanização do território) provém do processo de construção do capitalismo comercial em grande escala mundial. Estabelecidos em função da demanda do mercado externo, os sucessivos meios técnicos instaurados como zonas econômicas no território nacional percorreram os períodos Manufatureiro (1620-1750), da Revolução Industrial (1750-1870) e Industrial (1870-1945) como um conjunto de “penínsulas” da Europa (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Essas regiões mantinham uma relação primordial com o estrangeiro e quase nenhuma entre si. Nesse sentido, Santos e Silveira (2001) falam do território brasileiro no período como um conjunto de arquipélagos.

Sendo assim, a atividade da cana-de-açúcar nas regiões acima supracitadas, aurífera (Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), do cacau (Estado da Bahia), da borracha (Amazônia) e cafeeira (Estado de São Paulo), mesmo tendo criado em suas regiões famílias e gerações de cidades, não construíram entre elas nenhum tipo de integração. A ausência dessa rede nacional de comunicação e circulação caracteriza esse momento territorial ou tempo espacial brasileiro como o período da mecanização incompleta (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Somente por volta de 1850 é que as

preocupações referentes ao isolamento do interior brasileiro levaram o governo imperial a iniciar um plano de conexões entre as regiões (sob a interferência primordial da promulgação da Lei de Terras)³. Relacionado a esse período, Santos e Silveira (2001) comentam que

os portos, lugar de solidariedade entre navios, rotas de navegação e zonas produtivas, as ferrovias, as primeiras estradas de rodagem e usinas de eletricidade permitiram a constituição dos primeiros sistemas de engenharia no território brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 33).

No que se refere ao centro-sul do país, sua ocupação - realizada de antemão durante as bandeiras (séculos XVI e XVII) e as monções (séculos XVIII e XIX) (HOLANDA, 1994) - configurou-se como grande promessa no período aurífero, mas decaiu no afastamento das culturas pastoril e da erva-mate no final desse período. Influenciado de início por rotas nordestinas, a pecuária bovina mato-grossense entra o século XIX grandemente direcionada ao circuito econômico argentino, paraguaio e boliviano. Sendo os caminhos “construídos” (descobertos) limitados às rotas que a natureza oferecia, o desenvolvimento pastoril encontrou na fluidez dos cursos das águas da bacia platina o melhor percurso para a comercialização de suas mercadorias. Com a convergência dessa vazante fora de nossas fronteiras,

[...] fácil é concluir pela disparidade do balanço, posta em evidência, desde logo, a supremacia indiscutível e formal, da força notável que conduz para o sul, para as terras estrangeiras, numa atração fortíssima, o sistema constituído nessa zona (SODRÉ, 1990, p. 146).

Enquanto no Brasil, no início do século XIX, as ferrovias estavam limitadas a alguns trechos isolados no litoral e uma rede nacional dessas estradas não passava de estudos, a Argentina começava a construir a sua rede ferroviária (1857), que direcionada principalmente ao norte

¹Registrado no CCTC, IE-72/2012.

²Geógrafo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: danton@iea.sp.gov.br).

³A Lei de Terras passou a garantir o acesso à terra somente por meio da compra, abolindo o direito das sesmarias. Esta normatização direcionou muitas frentes de especulação e grilagem ao interior do país (MARTINS, 2000).

do país⁴, potencializou a influência externa sobre o território mato-grossense, acelerando o impasse sobre a hegemonia dos fluxos (fluviais e ferroviários) dessa região brasileira, fazendo eclodir a Guerra do Paraguai.

Após a vitória no conflito (década de 1870), intermediado pelos interesses econômicos britânicos, o governo brasileiro, em aliança com a elite cafeeira paulista, inicia a implementação do projeto integrativo entre a província de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e alguns países da América do Sul (Paraguai e Bolívia)⁵. É nesse contexto de integrações regionais e da expansão da demanda por terras para o plantio do café que acontece a invasão (mecanização do território), por meio das ferrovias, das áreas do oeste do Estado de São Paulo⁶.

⁴Em “simultaneidade com a difusão das estradas de ferro em países como a Inglaterra (1825), França (1841) e Estados Unidos (1869)” (SILVEIRA, 1999, p. 48).

⁵Falando sobre o projeto de construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, retratou Sodré (1990) que a necessidade, vislumbrada pela clarividência de Rio Branco, da ligação ferroviária com a Bolívia, cortando as terras do Oeste, devia contribuir para a abertura e realização, embora retardada, de uma obra singular, que constituiria uma nova componente na geografia humana do Oeste, a estrada de ferro que, partindo de Bauru, no Estado de São Paulo e transpondo o vale do Paraná, chegou à barranca do Paraguai, devendo prolongar-se, através do vale deste último, rumo Corumbá, para atingir, com a parte boliviana, a cidade de Santa Cruz de la Sierra (SODRÉ, 1990, p. 111).

Mais adiante em seu texto, o mesmo autor diz:

A via férrea estabeleceria o elo imprescindível, articulando a região do oeste ao corpo nacional. Quebraria o perigoso divórcio que vinha na tradição histórica, imposto pelas eventualidades, imperativas da configuração geral da geografia americana. Aproximando a região pastoril do mercado consumidor constituído em São Paulo, pelo adensamento de população que a lavoura cafeeira aí proporcionara e fomentando o transporte, em troca, do parque industrial paulista ao sertão mato-grossense, dos artigos necessários à vida e ao conforto, a via férrea estabeleceria o mais forte laço de união, desde que o apoiaria na reciprocidade de interesses econômicos (SODRÉ, 1990, p.151).

⁶Até esse momento, a principal técnica de transporte entre o litoral e o interior, antes da construção das ferrovias, era constituída por numerosas tropas de muare e bovinos. Para a maior parte do país, o transporte em lombo de burro e puxado por bovinos atendia satisfatoriamente ao modesto volume do comércio exterior. A exceção a essa regra era a província de São Paulo, onde se produziam, no final do século XIX, excedentes exportáveis em torno de 500 mil arrobas de café que deixavam de ser vendidos ao exterior devido às deficiências de transporte. Isso correspondia a 25% da produção (QUEIROZ, 1999).

2 - INÍCIO DO SÉCULO XX

O quadro de predominância quase absoluta do café na economia nacional se abalou com a crise mundial do sistema capitalista em 1929 e lançou a base do modelo de acumulação no Brasil para uma estrutura produtiva mais moderna, sedimentada na indústria. Como continuidade de um período transitório, a década de 1930 e início da de 1940 estabeleceu

um começo de integração nacional e um início da hegemonia de São Paulo, com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial localizado no Centro-Sul (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 37).

Portos e estradas de ferro possibilitaram a interligação criadora de uma rede brasileira de cidades. As cidades industriais passam a comandar os fluxos sobre o espaço regional onde elas estão localizadas, ou seja, efetiva-se uma nova hierarquia entre os lugares criada pela disseminação do sistema técnico industrial em pontos do território brasileiro. Centralizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, será essa última cidade, a partir do sistema de engenharia em montagem desde o período do café, que controlará cada vez mais os fluxos de uma economia nacional em construção.

Este novo momento econômico se inicia com o governo de Getúlio Vargas, que representou as aspirações democráticas almejadas pela classe média urbana e pela burguesia industrial. Baseado em um forte intervencionismo, principalmente político, nas províncias, o governo Vargas desencadeou uma visão integradora do território nacional pelas políticas públicas estatais. Novos trechos de ferrovias foram anexados ao território (como na Estrada de Ferro Vitória-Minas) e alguns trajetos interligados (no caso da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o trecho paulista se interligou ao mato-grossense). Regiões de matérias-primas se aproximaram das novas áreas industriais. Com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938), da Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e da Companhia Vale do Rio Doce (1943), se institucionalizou as bases para que o país se desenvolvesse, construindo internamente suas indústrias de bens de capitais⁷.

⁷Esse feito se efetivou no findar da Segunda Guerra, quando o Brasil passou a possuir, por exemplo, sua indústria de autopeças.

Como parte dessas mudanças, no setor agrícola, a oligarquia agroexportadora brasileira perde espaço no novo reordenamento do poder político nacional⁸. Diante de pressões de mandantes de reformas no eixo das ações de desenvolvimento do país, a agricultura passa a ter como principal papel ofertar alimentos às cidades industriais em crescimento. Analisando os planos de governo e suas políticas implementadas de 1930 até 1964⁹, Espírito Santo (2005) conclui que eles se limitaram em posicionar a agricultura com essas duas funções: abastecimento do mercado interno e exportação criadora de divisas.

No nível mundial, o fim da Segunda Guerra,

marca também o início de uma nova era dentro

⁸Contudo, podemos considerar, nas políticas agrícolas, que o governo da Revolução de 1930 e os posteriores até 1960 foram limitados, pois não implementaram reformas como as acontecidas nos países centrais do capitalismo no que se refere à estrutura técnica e fundiária. Para se ter uma ideia, as burguesias industriais do mundo desenvolvido viram na concentração de terras um resquício feudal que impedia o desenvolvimento do capitalismo, e promoveram a reforma agrária em seus territórios. No Brasil, aconteceu diferente. A burguesia industrial passa a ter o poder político para a realização dessas reformas, configurado na instalação do modelo de substituição de importações estimulador e fortalecedor da indústria nacional e do mercado interno. Contudo, no que se refere à reforma agrária, essa burguesia industrial não agiu como nos países desenvolvidos. Segundo Martins (1997),

entre as velhas elites e as novas elites estabeleceu-se uma espécie de compromisso político, mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento (MARTINS, 1997, 20).

Sobre essa mesma realidade, Sorj (1982) relata:

A situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano-industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada (SORJ, 1982, p. 21).

Essa força mantida pela oligarquia rural brasileira possibilitou conquistas frente ao novo governo estabelecido. Em Espírito Santo (2005) é mostrado que:

Após a "Revolução de 30", o Estado definitivamente age em nível federal e aplica políticas de fomento e apoio, criando ou readequando instituições e órgãos governamentais, os quais vieram a compor um forte esquema de apoio aos interesses da oligarquia rural (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 46).

⁹Além dos planos do primeiro governo getulista, o autor analisou o Plano Salte (1950-1954), o Plano de Metas (1956-1961), o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG - 1964-1966).

do percurso capitalista, com as perspectivas abertas pela revolução científico-técnica. Era o momento de lançar a semente de dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 47).

Essa nova fase, chamada de período técnico-científico (SANTOS, 2002), diferencia-se das anteriores devido à intensa ligação da ciência na produção das técnicas. A partir de um aumento acelerado nos investimentos em pesquisa, a disseminação de novas técnicas deixa de ser uma atividade marginal no sistema produtivo e passa a centralizar a lógica de sua reprodução.

A nível nacional, sendo o Brasil um país subdesenvolvido industrializado, esse processo de interação só iria se efetivar trinta anos depois dos países desenvolvidos, ou seja, na década de 1970¹⁰. Era ainda no Brasil um período de transição - do técnico ao técnico-científico -, onde em nosso território, a pesquisa científica começava a se estruturar, contudo de maneira limitada, em alguns institutos, quase exclusivamente no Estado de São Paulo¹¹.

3 - PERÍODO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

No que se refere ao sistema técnico de

¹⁰Para termos uma ideia do disparate em relação ao novo paradigma hegemônico localizado nas regiões centrais do capitalismo, o território brasileiro, como o de todos os outros países da periferia do mundo, entra na década de 1950 sem possuir uma indústria de bens de capital estruturada. Para satisfazer as necessidades domésticas de consumo,

as indústrias podiam ser instaladas com uma tecnologia superada - não raro máquinas que haviam sido usadas antes em países industrializados mais avançados - buscando a substituição de importações (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21).

¹¹Para visualizar essa polarização paulista no desenvolvimento científico brasileiro, em 1965,

o número de técnicos que trabalhavam nos cinco institutos responsáveis pelo programa de pesquisa do Ministério da Agricultura era, na verdade, menor que o daqueles que prestavam serviços ao Instituto Agrônomo de Campinas, em São Paulo: 424 contra 547. Assim, o número de pesquisadores que atendiam ao restante do país, era, na realidade, menor que o daqueles que trabalhavam apenas para o Estado de São Paulo (SCHUH, 1977, p. 288).

O que se destaca em São Paulo, no início da década de 1960, são as cerca de 400 Casas da Lavoura distribuídas na maioria dos municípios do Estado, onde técnicos agrícolas já auxiliavam os produtores de maneira mais próxima e regular (PAIVA, 1983).

transportes, mesmo com as ligações inter-regionais advindas com as ferrovias, existiam vazios territoriais que não estavam sendo contemplados com as infra-estruturas de acesso fluido, viviam à margem da integração acentuada a partir dos anos 1930. Na busca de superar esse estrangulamento para expansão do mercado interno, antes de anexar ao sistema de engenharia nacional as lógicas do período técnico-científico, entre as décadas de 1950 e 1970, instalaram-se sistemas de objetos potencializadores da fluidez territorial. A construção de rodovias federais, estaduais e municipais - a maioria de terra batida - por todo o território nacional junto à instalação de alguns setores industriais de bens duráveis - automobilísticos e de eletrodomésticos - são reflexos da "cimentação" desse processo.

Segundo Paiva (1983), para a agricultura,

o tremendo aumento de tráfego de caminhões pelo Brasil trouxe uma melhoria sensível de comercialização, do ponto de vista do produtor, pois este deixou de ficar na dependência de poucas firmas locais desejarem ou não adquirir e transportar o seu produto. Os pequenos proprietários de caminhões estão sempre prontos para substituir as firmas nessa função, tão logo as diferenças de preço o permitam. Eliminou-se assim uma das posições monopolistas que gozavam as firmas intermediárias (PAIVA, 1983, p. 190).

Aliado à maior produtividade da lavoura entre 1945-1956, obtida principalmente no Estado de São Paulo,

como fruto do emprego de melhores técnicas agrícolas na forma de adubos, inseticidas, melhores sementes, culturas mais intensivas, etc.¹² (PAIVA, 1983, p. 171),

a grande expansão e o melhoramento da rede de estradas,

não apenas reduziu os custos diretos de transporte, mas também tornou possível a descentralização da comercialização de vários produtos alimentícios para longe dos centros comerciais mais favorecidos, como centros do sistema de estradas de ferro ou portos oceânicos (por exemplo São Paulo, Porto Alegre e Rio de Ja-

neiro) (SMITH, 1983, p.221).

Assim, nesse momento, podemos concluir que no Brasil, ao mesmo tempo, aumentava-se a densidade técnica no território das próteses garantidoras de uma maior integração nacional a partir da aceleração da fluidez dos fluxos intranacionais (com as estradas de rodagem) (SANTOS; SILVEIRA, 2001), e ensaiava-se, a partir de São Paulo, a internalização do paradigma moderno (técnico-científico) já vigorante nos países centrais do mundo. Daí que para a agricultura obter a maioria dos novos insumos e implementos, recorria-se à importação, pois não possuíamos uma indústria nacional ou centros de pesquisa suficientes produtores desses itens.

Após a Segunda Guerra Mundial, a integração do território brasileiro se viabiliza. Até meados da década de 1960,

quando as estradas de ferro até então desconectadas na maior parte do País, são interligadas, constroem-se as estradas de rodagem, pondo em contato as diversas regiões entre elas e com a região polar do País, empreende-se um ousado programa de investimentos em infra-estruturas. Ainda uma vez, uma nova materialidade superpõe novos sistemas de engenharia aos já existentes, oferecendo as condições técnicas gerais que iriam viabilizar o processo de substituição de importações para o qual todo um arsenal financeiro, fiscal, monetário, serviria como base das relações sociais (incluído o consumo aumentado) que iriam permitir mais uma decolagem (SANTOS, 1993).

Assim, em meados da década de 1960, impulsionado pelo movimento militar no poder, inicia-se uma intensificação da conexão do país ao processo de internacionalização que se acentuava naquele momento. Com uma crise de liquidez gerada pelo acúmulo de capitais em seus mercados, os países líderes do sistema capitalista veem-se numa pressão para transferir esses capitais a outros mercados. Dessa maneira,

a conquista de mercados financeiros na periferia possibilitou, sobretudo, um retorno à escassez e, com ela, a revalorização das divisas. O resultado desse ato de império foi que os países do Terceiro Mundo se endividaram em grande escala e, assim, absorveram o dinheiro que sobejava no sistema (SILVEIRA, 1999, p. 96).

No Brasil, como em grande parte da América Latina, investimentos nunca antes vistos

¹²Enquanto o país, em sua totalidade, possuía um trator para cada 469 hectares em 1966, São Paulo, no mesmo ano, mostrando sua condição de região mais adiantada, explanava uma relação de 1 trator para 219 hectares (SMITH, 1983).

propiciaram a instalação de filiais de empresas estrangeiras em diversos setores. Polos e complexos industriais são implantados em várias regiões do país. Novas associações empresariais, redes financeiras e obras públicas expandem a especialização de lugares para apoiar a modernização agropecuária. São eventos que despontam anexando novos conteúdos ao território nacional.

A serviço do sistema produtivo, além desses modernos novos objetos importados para gerar a fluidez desejada pelos capitais forâneos, internalizou-se no território nacional, na década de 1970, a “invenção do método de invenção” (SANTOS, 2002, p. 177). Com maior densidade no centro-sul do país, e em São Paulo principalmente, várias universidades, centros e institutos públicos de pesquisas foram implementados para atender as demandas por inovações nas cadeias produtivas. Sob a égide do mercado - igual aos países do centro do sistema -, as técnicas passaram a ser desenvolvidas massivamente em laboratórios científicos. Ampliou-se a divisão social, técnica e territorial do trabalho, tomando-se a intencionalidade do trabalho científico o paradigma para a modernização do território. Adentra o Brasil no período técnico-científico (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

No setor agrícola, programas e fundos de financiamento público foram criados objetivando sua modernização. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (para todas as culturas em geral) e o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) (para a cultura canavieira), fazendo uso do acúmulo de estudos científicos realizados até então por um disperso sistema nacional de pesquisa agropecuária (ALVES, 1980), foram duas das principais instituições de pesquisa que, surgidas na década de 1970, propiciaram a internalização e expansão do período técnico-científico nacional. Complexos agroindustriais constituíram uma nova configuração econômica e socioespacial das diversas regiões brasileiras, levando a fronteira agrícola para a Amazônia (MÜLLER, 1986). Os circuitos espaciais de produção se diversificaram, acentuando a informalidade advinda com a terceirização da economia. Os círculos de cooperação tornaram-se cada vez mais internacionais.

Nesse processo, o interior do Estado de São Paulo é uma das principais áreas esco-

lhidas para a realização dos fartos investimentos privados e estatais. Com uma vasta legislação estadual restritiva ao uso e ocupação industrial da região metropolitana da capital paulista a partir de 1975, interioriza-se o investimento da atividade industrial¹³. Da perspectiva de investimentos e evolução das taxas de crescimento e participação percentual, a indústria do interior apresentou um grande avanço a partir dos anos 1970 e, sobretudo, a partir da década de 1980. Como critério para comparação, em 1970, a região metropolitana de São Paulo possuía 74,7% do Valor de Transformação Industrial (VTI) do Estado; em 1980 cai para 62,9%, declinando, em 1987, para 60%. Em movimento contrário, a indústria do interior em 1970 respondia por 25,6% do VTI estadual, chegando em 1980 a 37,1%; alcançando em 1987 40% do VTI do Estado (SEADE, 1992). Para possibilitar esse notável desenvolvimento, o governo estadual investiu pesadamente na expansão de sua infraestrutura rodoviária: iniciou a duplicação das principais rodovias longitudinais convergentes à metrópole e asfaltou várias transversais, beneficiando-se as regiões com predominância agropecuária e agroindustrial (NEGRI, 1996).

4 - CONSTITUIÇÃO DOS COMPLEXOS AGRO-INDUSTRIAIS

A agricultura brasileira teve o seu período de maior transformação e estruturação durante o regime militar. Para Kageyama et al. (1990), comparando-se os períodos pré e pós-1965,

a modernização da agricultura brasileira no pós-guerra é basicamente pelo trator, que passa de substituto da força animal para substituto da mão do homem, da força de trabalho (KAGEYAMA et al., 1990, p. 114).¹⁴

¹³Além do discurso ambiental, uma das variáveis mais importantes no desencadeamento do processo de interiorização da indústria que assumem destaque são as desconomias de aglomeração, especialmente os custos do sistema de transporte de cargas e de passageiros, e os custos de infraestrutura urbana. Os custos trabalhistas, fruto de uma maior consciência política do movimento sindical metropolitano, foi outro item que levou à descentralização produtiva (SANTOS, 1994).

¹⁴Todos os tratores que entraram no campo brasileiro foram obtidos até 1960 via importação, pois não havia no

Sobre as limitações do período 1945-1965, a mesma autora retrata que:

Embora do lado da produção os determinantes da dinâmica da agricultura estivessem sendo deslocados para o mercado interno, do ponto de vista das transformações de sua base técnica ele ainda permanecia atrelado ao setor externo, pois sua modernização dependia da capacidade para importar máquinas e insumos (KAGEYAMA et al., 1990, p.119).

Assim, para ela, é a partir de meados dos anos 60 que o processo de modernização atinge uma fase mais avançada, a de industrialização da agricultura (KAGEYAMA et al., 1990, p. 121). Através de taxas de juros subsidiadas e de grandiosos recursos obtidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, articulou-se a internalização ao território brasileiro de elos antes importados em diferentes setores agropecuários, constituindo os complexos agroindustriais no País. Esses elos internalizados são as indústrias de bens de capital: máquinas (tratores, colheitadeiras, plantadeiras, caminhões), implementos (arados, grades, etc.), insumos (fertilizantes, defensivos) e as agroindústrias processadoras, que são construídas e passam a funcionar dentro do País enquanto estrutura da Revolução Verde colocada em prática nesta época (RAMOS, 2001). Com essa mudança possibilitada pela instalação de uma indústria de base brasileira e estatal - siderúrgica e metalúrgica -, rompem-se as barreiras e os limites impostos pelas importações. Onde antes nacionalmente havia na maioria das culturas agrícolas apenas a produção da matéria-prima¹⁵, passa-se a ter todo um complexo: a indústria para a agricultura

da montante e a agroindústria processadora à jusante do campo.

Acostumada com resultados práticos limitados, a estruturação da pesquisa e extensão rural feita pelo governo federal, com a criação no início da década de 1970 da EMBRAPA e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) propiciou a cientifi-

zação da agricultura brasileira e a consequente expansão do meio técnico-científico pelo território nacional. Novos objetos técnicos (máquinas, implementos, sementes de novas variedades e insumos), enquanto “extraordinárias inovações científico-técnicas” (ELIAS, 1996, p. 29) permitiram “a introdução de certos cultivos em áreas antes inadequadas” (RAMOS, 2001, p. 21). Inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas anexadas ao território brasileiro configurou às práticas agrícolas um padrão parecido ao padrão industrial, no qual as máquinas passaram a comandar o processo produtivo.

O crescimento da utilização desses novos objetos técnicos foi provocado por vários incentivos governamentais - créditos - realizados a partir de meados da década de 1960. Com suas taxas de juros abaixo da inflação, esses créditos foram assegurados via SNCR, que junto com a Reforma do Sistema Financeiro - articulada pelo Banco Central brasileiro - estabeleceram o asseguramento da canalização para a agricultura de parte dos recursos captados pelos bancos (principalmente Banco do Brasil, via CREAL) no país e no exterior. Por meio da venda no mercado financeiro internacional de papéis da dívida pública, a partir de acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, consegue-se grande parte do capital para a modernização do campo brasileiro e realização do chamado milagre econômico. Com esse capital, o Estado brasileiro

subsidiou a compra de máquinas e equipamentos, insumos químicos; sementes melhoradas; custeou a produção, garantiu os preços mínimos, promoveu a eletrificação rural; construiu armazéns e silos para estocar a produção; subsidiou a exportação; isentou de impostos as indústrias nascentes associadas à agricultura moderna; promoveu o seguro agrícola etc. (ELIAS, 1996, p. 29-30).

Para a aquisição de certos insumos, criaram-se linhas especiais de financiamento, com remuneração e condições de pagamento ainda mais favorecidas¹⁶. Segundo Szmrecsányi

território nacional nenhuma montadora (KAGEYAMA et al., 1990).

¹⁵Algumas culturas ligadas ao mercado interno passavam por processamento antes de chegar aos consumidores (KAGEYAMA et al., 1990).

¹⁶Parte significativa dos investimentos feitos com esses créditos foi especulativa, na compra de terras. Segundo Pinheiro (1980), “... a falta de opção de investimento de parte da poupança em atividades produtivas...” (PINHEIRO, 1980, p. 172) levou esses grupos à compra de terras na busca de manterem “reservas de valor” e obterem ganhos especulativos. Com a expansão do crédito subsidiado, aumenta a demanda por terras no período, elevan-

e Ramos (1997), esses créditos beneficiaram quase em sua totalidade os maiores produtores. Sobre essa realidade, Kageyama et al. (1987) relatou que:

A participação no valor total dos financiamentos concedidos favoreceu, sobretudo, as médias e grandes propriedades. Assim, por exemplo, os estabelecimentos de 100 a 1.000 ha, que incluíam apenas 9,5% dos estabelecimentos em 1980, receberam 42,5% do valor dos financiamentos concedidos; enquanto isso, os de 1.000 a 10 mil ha, com 0,9% dos estabelecimentos receberam 20,3% do valor total” (KAGEYAMA et al. 1987, p. 128)¹⁷.

Assim, a constituição dos complexos agroindustriais, efetivada de maneira concentradora na década de 1970, reordenou por completo a ocupação humana do espaço rural, principalmente no Sudeste e especificamente em São Paulo. A mecanização das lavouras, possibilitada com o barateamento do capital via crédito agrícola, tornou praticamente inviável, para aqueles que se modernizavam via instalação de atividades tipicamente capitalistas, manterem trabalhadores permanentes nas fazendas. Com isso, o sistema de colonato - onde o tempo de não trabalho era dedicado às culturas de subsistência, rebaixando o custo da força de trabalho - deixa de ser norma

nas relações trabalhistas do campo brasileiro. O trabalhador volante, ex-colono residente no campo, que agora mora na cidade e presta serviços específicos em parte do ano na zona rural, passa a ser o regime hegemônico de trabalho adotado na lavoura canavieira e em todas as culturas que se modernizam (ROSSINI, 1988).

Assim, o tempo de não trabalho nas relações de trabalho da agricultura moderna recairá sobre os trabalhadores, transformando-os em desempregados sazonais ou sub-empregados urbanos¹⁸. Acelera-se, assim, o processo de urbanização por todo o país.

Resultados desses investimentos na agricultura foram o grande crescimento da produtividade e a diminuição dos custos de produção na década de 1980. Fertilizantes, combustíveis, lubrificantes, defensivos, mão de obra e terra apresentaram queda de preço.

Com a crise econômica dessa década, o crédito rural sofre restrições, com a permanência de subsídios em algumas atividades estratégicas (cana-de-açúcar, café e trigo) e o fortalecimento da política de preços mínimos em geral (GASQUES; VILLA VERDE, 1990). Chega-se nos anos 1990, e o Brasil se apresenta com uma infraestrutura no setor agrícola que possibilitará a competitividade em várias culturas agrícolas a partir da abertura comercial realizada desde então.

5 - AS REFORMAS DOS ANOS 1990: A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Desde o choque dos mercados e a elevação das taxas de juros internacionais em 1979,

do seus preços e tornando esses ganhos especulativos maiores do que os lucros do setor produtivo. Segundo Kageyama et al. (1990),

um desses capitais - o de terras - passa a ter papel de destaque nesse processo, ou seja, a propriedade da terra, ao permitir ganhos especulativos e ganhos de fundação, tornou-se um ativo alternativo para o grande capital. Esse processo, conhecido como 'territorialização do capital', pode ser ilustrado pelos dados seguintes: - considerando os maiores proprietários rurais em cada estado do país, destacam-se várias empresas industriais, financeiras e comerciais (...); - seis das 10 primeiras empresas privadas nacionais em 1985 são também grandes proprietárias de terras (...) e duas das 10 primeiras empresas estrangeiras no país, controlam grandes extensões de terra, especialmente no pólo urbano-industrial do centro-sul (KAGEYAMA, 1990, p.123).

¹⁷ Já os dados das pequenas propriedades, segundo Fischer (1992), permite constatar que

apenas 10% dos estabelecimentos entre 0 e 10 ha de tamanho obtiveram financiamento em 1980. Entre as propriedades de 10 e 99 e de 100 a 1.000 ha, 32% e 35% delas, respectivamente, tiveram acesso a ele. (FISCHER, 1992, p. 129).

Para Pinheiro (1980), os bancos preferem, dentro da lógica financeira, fornecer o crédito rural subsidiado realizando grandes contratos com quem possa lhes oferecer uma garantia real. Assim,

beneficiam-se mais dessa política governamental os grandes proprietários agrícolas e não os reais produtores agrícolas e/ou pequenos proprietários (PINHEIRO, 1980, p. 168).

¹⁸Reforçando a mudança na base técnica como ação indutora do êxodo rural acelerado do período, em 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Por meio dessa medida legal, o povo do campo passou a ter direitos trabalhistas como o povo das cidades: o salário mínimo, por exemplo. Dessa transição, Bertero (1981) explica que, desde 1961, com a tramitação no Congresso Nacional desse Projeto de Lei, cresceram as reivindicações trabalhistas no meio rural, as quais induziram usineiros e fazendeiros à dispensa em massa de seus trabalhadores rurais (BERTERO, 1991, p. 36).

Efetiva-se a crise no regime de colonato, pois não se poderia mais descontar parte do salário monetário do trabalhador que morava na terra do proprietário pelo pagamento em espécie obtido com o usufruto da lavoura de subsistência. Tudo isso acarretou a transformação dos colonos em trabalhadores assalariados temporários, levando-os a habitar a periferia das cidades.

os países da América Latina passaram a enfrentar sérios problemas de divisas em relação ao exterior. Inflação alta com instabilidade no plano econômico interno foi regra em toda a região. No Brasil, a partir de uma política baseada na substituição de importações e aceleração das exportações, as tentativas de estabilização e retomada do crescimento foram realizadas. Contudo, atravessaram-se os anos 1980 e não se obteve sucesso.

Como diagnóstico desse processo, hegemônizou-se a tese que apresentava a grande participação do Estado na economia e no fechamento do mercado interno ao comércio internacional como as prerrogativas da crise vigente. Para os defensores dessa interpretação (PEREIRA, 1992), a utilização de subsídios à produção local e de barreiras às importações foi o que ocasionou os desequilíbrios nos mercados nacionais desencadeados na década de 1980. O regime de substituição de importações teria provocado um encaminhamento do comércio da produção nacional para o mercado doméstico, rebaixando as relações com o mercado externo e impossibilitando a competitividade geradora de qualidade da oferta e crescimento. Essa proteção do mercado interno teria feito com que as indústrias locais enfrentassem uma menor pressão concorrencial do que aquela prevaente no mercado mundial, desestimulando a busca de aumento da produtividade.

No raiar dos anos 1990, direcionadas pelos indicativos de instituições internacionais como o FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, as plataformas políticas do Brasil e do continente se encaminharam para um caminho convergente, denominado “Consenso de Washington” (PEREIRA, 1992). Entre as principais orientações colocadas estavam a necessidade de: a) abertura comercial ao exterior; b) liberalização financeira; c) reforma previdenciária; d) reforma trabalhista; e) reforma tributária redutora do déficit público; f) privatizações; g) políticas anti-inflacionárias e de ajustes. A retomada do crescimento passaria pela aplicação desses indicativos.

Convencidos por essa interpretação, essas reformas começaram a ser introduzidas no território brasileiro no biênio 1988/89. Alterações na estrutura tarifária, com a redução das tarifas médias, abolição de regimes especiais de importação e unificação de tributos aos produtos do

exterior começam a ser instaladas (KUME, 1996). Em 1990, lança-se a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), que aplicada a partir de 1992, enfatiza o papel dos setores exportadores e sua associação com os setores geradores de progresso técnico.

Como resultado dessa liberalização comercial de 1990 a 1994, a tarifa média aos produtos importados se reduziu de 32% para 14%. A partir do Plano Real, a política comercial é utilizada como forma de garantir a estabilidade monetária. Na falta de capacidade produtiva instalada no parque industrial nacional para abastecer a demanda doméstica, as mercadorias importadas passam a ser introduzidas de forma facilitada com o objetivo de impedir a volta da inflação. Acordos são impostos pelas resoluções da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a reestruturação produtiva dos setores passa a ser norma na busca de manter a competitividade a nível internacional. Subsídios estatais se tornam escassos e o financiamento da produção se direciona como função de sistemas privados industriais e financeiros. Privatizações de empresas estatais são realizadas em todos os níveis (municipal, estadual e federal) e o ideário do Estado Mínimo Neoliberal entra em voga como solução à crise (MENEZES; FONSECA, 2003). Levados pelas facilidades colocadas, vários setores passam a receber grandes investimentos do capital internacional e incorporações e fusões são realizadas na intenção de se alcançar as escalas necessárias à competição do mercado mundial. Mudanças organizacionais e tecnológicas se tornam necessárias nos embates do mercado comercial globalizado: as novas técnicas de informação surgem como o paradigma moderno desse processo (TIGRE, 1993). Para diminuir custos, identificar perdas e acelerar a atividade e o controle da produção, os atores hegemônicos de todos os setores são obrigados a renovar seus parques produtivos para continuarem competitivos no mercado. Novas máquinas e instalações acopladas por sistemas (*softwares*) informatizados se tornam as inovações do novo período das relações produtivas: são novos sistemas de objetos e ações, que constituídos e sistematizados pela precisão das técnicas da informação, qualificam o espaço geográfico como meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1993, 2002).

Implementada nos países mais desenvolvidos depois da Segunda Guerra Mundial, e

no Brasil nos anos 1970 (RAMOS, 2001), a união entre a ciência, a técnica e a informação como eixo normatizador das relações hegemônicas universais atinge sua fase madura com a globalização iniciada nos anos 1990 (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Assim, com a abertura comercial projetada pelas reformas neoliberais, só passam a resistir à competitividade globalizada os atores econômicos que instauram inovações possibilitadoras da obtenção de menores custos de produção. Sendo a técnica da informação - pela precisão e controle que ela estabelece - o principal elemento inovador que capacita a diminuição dos gastos no processo produtivo, sua instalação acoplada aos objetos e ações desse novo momento histórico é norma para a subsistência no mercado global.

6 - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA AGRICULTURA

A desestruturação do setor público foi progressivamente transferindo para o setor privado as atividades que eram tradicionalmente atribuídas ao Estado. Financiamento da produção agrícola, políticas de estabilização da produção, a orientação da pesquisa tecnológica, a provisão de informações: no decorrer da década de 1990, essas atividades passaram a ser articuladas pelos atores do mercado, ficando o Estado com a incumbência de principalmente fiscalizar todo esse processo (FARINA, 1996).

Grandes agroindústrias, grupos financeiros e empresas de insumos e máquinas, de maneira integrada, começam a assumir a maior parte do financiamento agrícola, onde novos instrumentos financeiros surgem como forma de viabilizar a produção e a comercialização de produtos agropecuários. Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC), Cédula do Produtor Rural (CPR), Finame Agrícola, Contrato de Investimento Coletivo (CIC) e Pregões Eletrônicos aparecem no decorrer da década de 1990 - e adentram os anos 2000 - como as principais fontes alternativas de investimento e custeio da atividade agrícola moderna no Brasil. Somente como avalista de parte desse capital, nesse cenário de escassez do crédito rural oficial, o Estado, por meio do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou a direcionar recursos a taxas de juros favoreci-

das,

apenas à agricultura de baixa renda, através de programas especiais, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) (BELIK; PAULILLO, 2001, p.14).

Desarticulada as amarrações do momento anterior, coloca-se como desafio para enfrentar a concorrência globalizada a construção de novos arranjos organizacionais. Controlados cada vez mais por atores internacionais, modernizam-se os parques agroindustriais, construindo plantas padronizadas com as novas tecnologias da informação. Aprofundam-se os investimentos em inovações físico-químicas, mecânicas e biotecnológicas, expandindo a porção do espaço geográfico brasileiro, definida como meio técnico-científico-informacional (ELIAS, 1996).

Como resultado desse esforço, a agricultura no Brasil passa a se destacar como uma das mais produtivas do mundo, aumentando sua representação no PIB nacional entre 1990 e 2004. O setor agrícola, por meio de complexos agroindustriais como o do algodão, da cana-de-açúcar, de cereais e oleaginosas, de frutas e de carnes bovina, suína e de aves, alcançou altos índices de produtividade e competitividade e conquistou mercados no exterior (GONÇALVES; SOUZA; VICENTE, 2004).

O Estado de São Paulo, mesmo tendo diminuído sua participação no PIB nacional entre 1990 e 2010, continua sendo um dos principais estados em participação no valor da produção agropecuária do Brasil, respondendo por 11,3% do total do país em 2010. Somando mais da metade desse montante, cana-de-açúcar e carne bovina responderam por 54,2% do valor da produção paulista. Adicionadas à laranja, produção florestal e carne de frango, para o mesmo ano, atingem essas culturas 68% do valor da produção estadual (TSUNECHIRO et al., 2011).

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentra-se o século XXI e a economia brasileira, mesmo apresentando um grau de diversificação entre seus diferentes setores, tem na agropecuária sua principal atividade na divisão internacional do trabalho. Investimentos de peso

na infraestrutura do território nacional são realizados prioritariamente para resolução do gargalo logístico existente no armazenamento e escoamento das safras agrícolas. A abertura comercial dos anos 1990, além de abrir a economia agropecuária para a internacionalização, possibilitou o direcionamento de um processo avolumado de concentração dos setores agroindustriais, com perspectivas de oligopolização. Os investimentos públicos, mesmo tendo formalizado a situação da agricultura familiar como um eixo estratégico para o desenvolvimento do mercado interno, são em cadeias de produção com forte integração em

seus complexos (como suinocultura e avicultura), que o pequeno produtor rural tem conseguido criar possibilidades de se organizar e se estruturar. Em geral, projetos modernizadores baseados na reforma agrária mostraram-se, até o momento, “um impossível diálogo” (Martins, 2000). O debate ambiental (centrado na exigida reforma do Código Florestal), aliado à alta demanda em se expandir a produção agropecuária fruto da agro-inflação presente no mundo desde o final da última década, é o principal desafio das políticas públicas de desenvolvimento rural, territorial e regional no Brasil do presente e do futuro próximo.

LITERATURA CITADA

ALVES, E. R. A. **A EMBRAPA e a pesquisa agropecuária no Brasil**. Brasília: EMBRAPA (Depto de Informação e Documentação), 1980. 19 p.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 95-120.

BERTERO, J. F. **Estado, agricultura e agroindústria: estudo da base paulista da economia canavieira do Brasil entre 1948-1990**. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Faculdade de Filosofia letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

ELIAS, D. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)**. 1996. 274 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

ESPÍRITO SANTO, C. R. **Dinâmica do desenvolvimento rural na região de Araçatuba (SP)**. 2005. 310 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

FARINA, E. M. M. Q. **Reflexões sobre a desregulamentação e sistemas agroindustriais: a experiência brasileira**. 1996. 156 p. Tese (Doutorado em Livre-docência) - Departamento de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FISCHER, A. L. **Impactos sociais do Proálcool: um estudo sobre as relações, o processo e as condições de trabalho na agroindústria canavieira paulista**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

FUNDAÇÃO SISTEMA DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **São Paulo no Limiar do Século XXI**. São Paulo: SEADE, 1992.

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. **Crescimento da agricultura e política agrícola nos anos oitenta**. Brasília: IPEA, nov. 1990. (Textos para discussão, n. 204).

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M.; VICENTE, J. R. Comércio exterior dos agronegócios brasileiros: desempenho dos principais grupos de cadeias de produção, 1997-2003. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 12, dez. 2004.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e Fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 301 p.

KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas, 1987. (mimeo).

_____. _____. In: DELGADO, G. C. (Org.) **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-223.

KUME, H. **Política de importação no plano real e a estrutura de proteção efetiva**. Brasília: IPEA, 1996. (Textos para discussão, n. 423).

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 p.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000. 173 p.

MARTINS, S. S. et al. Novas configurações da agropecuária paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 10, 2006.

MENEZES, A. M. F.; FONSECA, M. J. M. A mundialização do capital e seus rebatimentos na economia brasileira: análises do processo de abertura econômica e de privatização. **Bahia Análises & Dados**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 09-21, 2003.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização da agricultura**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1986.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Unicamp, 1996. 242 p. (Coleção momento).

PAIVA, R. M. Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira. In: ARAÚJO, P. F. C.; SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da agricultura: estudos de casos**. São Paulo: Pioneira, 1983. p. 155-212.

PEREIRA, L. C. B. **A crise do estado: ensaios sobre a economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1992.

PINHEIRO, F. A. **A renda e o preço da terra: uma contribuição à análise da questão agrária brasileira**. 1980. Tese (Livre-docência) - Escola Superior e Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1980.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)**. 1999. 559 p. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

RAMOS, S. F. **Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE)/Juazeiro (BA)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ROSSINI, R. E. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canieira paulista**. 1988. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994, 145 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002. 392 p.

_____. **A urbanização brasileira.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 155 p.

_____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 470 p.

SCHUH, E. G. Modernização da agricultura paulista. In: ARAÚJO, P. F. C.; SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da agricultura: análise de política econômica.** São Paulo: Pioneira, 1977, p. 281-311.

SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina.** 1. ed. São Paulo: FAPESP/Laboplan. 1999. 486 p.

SODRÉ, N. W. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril.** 1941. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990. (Edição fac-símile da Editora José Olympio).

SMITH, G. W. A Política agrícola brasileira: 1950-1967. In: ARAÚJO, P. F. C.; SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da agricultura: estudos de casos.** São Paulo: Pioneira, 1983. p. 213-256.

SORJ, B. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 119 p.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Hucitec, 1997. p. 227-249.

TIGRE, P. B. Informática como base técnica do novo paradigma. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 26-33, dez./set. 1993.

TSUNECHIRO, A. et al. Valor da Produção Agropecuária do estado de São Paulo em 2010. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n. 5, maio 2011.

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NO SÉCULO XX

RESUMO: *Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns apontamentos sobre o processo de modernização da agropecuária no Brasil durante o século XX. A partir de uma abordagem territorial se analisam as incorporações de conteúdos técnicos e científicos que se constituíram em terras brasileiras, com o Estado de São Paulo exercendo a polaridade deste processo, os mais produtivos circuitos espaciais de produção agropecuários do mundo na atualidade. Para o início do século XX, mostra-se a inversão do modelo de acumulação no Brasil para uma estrutura produtiva sedimentada na indústria. No período pós Segunda Guerra Mundial, apresenta-se além da ampliação da fluidez territorial possibilitada por investimentos no modal rodoviário, a internalização da indústria à montante do setor agropecuário nacional que, aliada à introdução de grandes plantas processadoras de alimentos nas principais culturas agropecuárias, efetiva a constituição dos complexos agroindustriais. Com a crise dos anos 1980, finaliza-se retratando as mudanças na estrutura produtiva ocorrida na década seguinte.*

Palavras-chave: *modernização, agropecuária, Brasil, São Paulo, século XX.*

**SOCIOSPATIAL FORMATION AND THE REVAMPING OF BRAZILIAN
AGRICULTURE IN THE TWENTIETH CENTURY**

ABSTRACT: *This paper aims present some notes on the process of modernization of agriculture in Brazil during the 20th century. Based on a territorial approach, we analyze the incorporation of technical and scientific contents that later constituted, on the Brazilian lands, the most productive agricultural production space circuits in the world nowadays, with the state of São Paulo State exercising the polarity of this process. For the early 20th century, we show the inversion of Brazil's accumulation model to a production structure rooted in the industry. For the post World War II, besides an expansion of the territorial fluidity enabled by investments in road transportation, we present the internalization of industries upstream the national agricultural sector which, coupled with the introduction of large food processing plants in major agricultural crops, consolidated the establishment of agro-industrial complexes. We end with the 1980s economic crisis, by depicting the changes occurring in the productive structure in the following decade.*

Key-words: *modernization, agriculture, Brazil, São Paulo state, 20th century.*

Recebido em 05/11/2012. Liberado para publicação em 11/04/2013.